

Nossa opinião

Traço cultural

Tema em discussão : Barreiras legais para conter gastos

É tarefa dura e ingrata no Brasil tentar conter a irresponsabilidade fiscal, devido à insana propensão de parte dos políticos de gastar sem se preocupar com a origem do dinheiro e com as consequências de políticas fiscais demagógicas, populistas. Não se trata de uma questão lógica, mas até de fundo cultural, que seduz a direita e a esquerda. Talvez pelo peso desmesurado que o Estado sempre teve no país, quem está no poder tende a considerar que basta vontade política para alijar a miséria, distribuir renda etc. Salvo conhecidas exceções. A responsabilidade fiscal desagrada ao político que assume o Executivo já com a preocupação de usar o dinheiro público para pavimentar a reeleição passados quatro anos.

Na ditadura militar, quando não havia eleições, os erros na condução das finanças do país foram cometidos devido aos mesmos dirigismo e intervencionismo que cativam a esquerda. Os extremos se tocam. Daí a dificuldade na construção de normas legais que contenham o voluntarismo dos poderosos de turno. Mas, seja como for, estes mecanismos têm sido criados. Um deles é a “regra de ouro”, estabelecida pelo artigo 167 da Constituição, pela qual o Estado não pode se endividar acima das chamadas despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida pública). Ou seja, é inconstitucional o Tesouro

lançar títulos a fim de obter recursos para pagar gastos de custeio (salários, Previdência, custo da máquina).

É indiscutível a importância da regra. Outra norma é a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, para enquadrar estados e municípios num parâmetro mínimo de prudência nas despesas. Ela foi incluída na Carta, e isso ajudou no impeachment da presidente Dilma, por crime de responsabilidade, porque desrespeitou a LRF. Já no governo Temer, vice de Dilma, foi aprovado, por emenda constitucional, o teto dos gastos, para conter a elevação de despesas sem controle. O teto é reajustado pela inflação, e a soma das despesas primárias (sem incluir os juros da dívida) não pode ultrapassá-lo.

Se algum gasto crescer demais, outros itens do Orçamento precisam ser cortados, para o total não exceder este limite. Trata-se de instrumento pedagógico de grande eficácia, porque ensina aos políticos que o Estado não tem capacidade infinita de gastar, e que eles precisam fazer escolhas. É o que garante que o próximo presidente terá de executar a reforma da Previdência, nas linhas definidas na Câmara (limite de idade, equalização de regras entre assalariados e servidores públicos, por exemplo). Como são aposentadorias e pensões que empurram as despesas para além do teto, a reforma é inevitável. Por isso, é preciso cuidado com ideias de flexibilização do teto constitucional. O importante tem de ser executar as reformas que mantenham as despesas dentro daquilo que a sociedade pode pagar em impostos.

Outra opinião - **Catástrofe social**

ELVINO BOHN GASS

Tema em discussão : Barreiras legais para conter gastos

Michel Temer prometeu uma “ponte para o futuro” que acabaria com a “gastança”, encerraria os “orçamentos artificiais” e equilibraria as contas públicas. Passados nem dois anos, aconteceu exatamente o contrário. O déficit público aumentou para R\$124,4 bilhões, o segundo maior da história. O Palácio do Planalto ataca direitos conquistados pelo povo, para beneficiar a elite econômica nacional ou estrangeira. E já faltam recursos para serviços básicos nas áreas de segurança, saúde e educação. Agora, o ilegítimo Temer anuncia uma espécie de vale-tudo. Ao querer flexibilizar a chamada “regra de ouro” das contas públicas, mostra que o atual governo está perdendo o controle total da gestão econômica.

A regra constitucional (artigo 197, inciso III) proíbe que o governo federal faça empréstimos para bancar despesas correntes, como o custeio da máquina pública. Quebrar

essa regra é crime de responsabilidade, muito mais grave que uma pedalada fiscal, e pode resultar em impeachment. Mas flexibilizar essa regra não significa mais e melhores serviços públicos, pelo contrário. Com o Orçamento preso pela emenda constitucional do teto de gastos, essa sim danosa ao desenvolvimento do Brasil, orçamentos da saúde, educação e segurança estão congelados ao patamar de 2016, e, em alguns casos, até sofrendo redução. A “gastança” de Temer não é com o Fies, Ciências Sem Fronteiras, Bolsa Família, Mais Médicos. Não. Ela é de outra ordem.

A MP 784 permitiu aos bancos pagarem R\$ 50 milhões, dos R\$ 500 milhões em multas devidas. O Refis para empresas arrecadou R\$ 7,5 bilhões, apenas metade do previsto, para renunciar a cerca de R\$ 85 bilhões. A MP 795 isentou de impostos petroleiras estrangeiras que vão explorar o nosso petróleo a R\$ 0,01 o litro. Ganharam um presente de R\$ 1 trilhão em renúncias fiscais. Somente com o perdão de dívidas junto ao Fisco, o atual governo já abriu mão de nada menos que R\$ 225,44 bilhões! Temer abriu as

torneiras dos cofres do governo para conceder favores à sua base e livrar-se das duas investigações contra ele. Em vez de dirimir a crise, só aprofundou os problemas.

Os dados mostram a catástrofe econômica e social em curso. Alega-se em defesa do fim da regra de ouro que o país tem um volume excessivo de vinculações no Orçamento que travam o funcionamento da máquina do atual governo. Mas o que se quer é uma saída inescrupulosa para Temer, Henrique Meirelles e sua trupe, diante da violação da obrigação constitucional. O governo argumenta que terá dificuldade para cumprir a regra de ouro das contas públicas em 2018 e que será impossível respeitá-la em 2019. Por isso, querem o casuísmo constitucional. Temer mostra uma obsessão impressionante em mudar a Constituição, mas nunca para o bem do povo brasileiro. Esse é só mais um exemplo de um presidente que governa apenas para manter-se no poder e beneficiar seus aliados.

Elvino Bohn Gass é deputado federal (PT-RS)

Rio terá verba extra de R\$ 2,6 bi de projeto sancionado por Temer

União vai distribuir R\$ 4,4 bi para estados e municípios em compensações

-BRASÍLIA- Em tempos de baixa popularidade, o presidente Michel Temer fez um afago em governadores e prefeitos e sancionou um projeto de lei que prevê a distribuição de R\$ 4,4 bilhões para estados e municípios a título de compensação financeira, pela União, pela produção de petróleo e gás natural e pelo uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

A maior parte dos recursos, um montante perto de R\$ 2,6 bilhões, vai para o Rio de Janeiro. “Sancionei neste domingo projeto de lei do governo que distribuí mais de R\$ 4 bilhões para estados e municípios como resultado das compensações financeiras pela produção de petróleo e gás natural.

Esses recursos irão beneficiar a população brasileira”, disse o presidente, em sua conta no Twitter. A medida deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União. Com a aprovação do projeto em sessão conjunta do Congresso Nacional, na última quarta-feira, foi aberto, no Orçamento da União, um crédito suplementar.

Depois do Rio, os maiores beneficiários serão o Espírito Santo (R\$ 618 milhões) e São Paulo (R\$

510 milhões). Serão beneficiados ainda, em montantes menores, Alagoas, Bahia, Amazonas, Ceará, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe. — É um ganho para estados e municípios, em consequência do esforço que estamos fazendo para que o setor de óleo e gás contribua de maneira mais forte para melhorar a vida das pessoas — disse ao GLOBO o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco.

Segundo a área econômica do governo, a abertura do crédito suplementar não afetará a meta fiscal para este ano, que prevê déficit de R\$ 159 bilhões. As razões alegadas são o excesso de arrecadação de receitas e o remanejamento de verbas de outras áreas. Os técnicos dizem que a medida também está de acordo com a emenda constitucional que estabeleceu o teto de gastos públicos.

O especialista em contas públicas Raul Velloso apoiou a decisão do governo de não usar o excedente de receitas em impostos para abater o déficit primário: — Não vejo razão para esse dinheiro ser usado para diminuir o déficit no momento em que a economia está desaquecida. Em nota, o governador Luiz Fernando Pezão diz preferir aguardar informações mais detalhadas para definir a destinação dos recursos.

(Eliane Oliveira)

Governo tem gasto bilionário com energia

A administração pública federal gastou R\$ 2,4 bilhões com energia em 2017, segundo dados da ONG Contas Abertas. Especialistas afirmam que o volume é altíssimo e retrata como os desperdícios persistem. A título de comparação, o consumo das instituições e dos órgãos públicos foi de 1,224 bilhão de kwh, o suficiente para garantir esse serviço em 637,5 mil residências do país.

O valor pode ser equiparado, por exemplo, a todas as casas e os apartamentos do Distrito Federal, que pagaram, em 2017, R\$ 1,03 bilhão em contas de luz, quando descontados os impostos. Somando os tributos, o montante sobe para R\$ 1,3 bilhão, de acordo com informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As despesas com energia na administração pública são impactadas, principalmente, pelo governo federal, que desembolsou R\$ 2,083 bilhões no ano passado com o serviço, conforme dados do Ministério do Planejamento. Informações do Painel de Custeio do governo mostram que cerca de R\$ 645 milhões do total foram gastos pelo Ministério da Educação, por causa das universidades federais. As entidades são responsáveis por R\$ 445,8 milhões dos custos com energia.

O economista Gil Castello



Desperdício de luz de autarquia: consumo da máquina pública daria para abastecer 637,5 mil residências

Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, diz que, apesar do número elevado, a administração pública federal reduziu em 7% os desembolsos com energia entre 2016 e 2017. O Ministério do Planejamento também observou o mesmo movimento no período. A pasta ressalta que o gasto do Executivo caiu R\$ 73 milhões no ano passado.

“O país vive uma grave situação fiscal e não tem como conter as despesas obrigatórias, que consomem a maior parte do orçamento. Então, há necessidade e preocupação em reduzir essas cifras. O governo está investindo nisso”, destaca Castello Branco. “Mesmo assim, o trabalho precisa continuar. Ainda há muito a se fazer. Os servidores ainda não se dão conta de que a luz, o ar-condicionado e outros aparelhos elétricos todos nós estamos pagando. De interruptor em

interruptor, nós ainda gastamos R\$ 2,4 bilhões”, emenda.

Exemplo empresarial

Por isso, Geraldo Biasoto, professor do Instituto de Economia da Unicamp e ex-coordenador de política fiscal do Ministério da Fazenda, ressalta que, quando se trata de energia elétrica, é preciso adotar medidas já implementadas no setor privado. “Esse volume de mais de R\$ 2 bilhões é um escândalo absoluto”, critica. “Enquanto o setor público não tomar a iniciativa de controlar de forma mais efetiva, com estratégias inteligentes e informatizadas, o gasto continuará alto.”

Segundo Biasoto, as empresas fazem, atualmente, contratos “pré-pagos”, em que há um limite de despesas com energia. Dessa forma, os gestores precisam se adequar ao valor e reforçar o combate ao





desperdício. “Ou, então, os órgãos e as instituições podem adotar um sistema informatizado em que é possível observar quais são os pontos em que há mais gasto, levando diretamente ao que destoa. Sabendo de onde vem o desperdício, é muito mais fácil de contê-lo”, explica.

O Painel de Custeio revela haver excessos nas despesas com a conta de luz dos órgãos. Separando o gasto por unidades orçamentárias é possível observar que foram desembolsados R\$ 929,1 milhões apenas para a administração direta, ministérios, institutos federais, autarquias especiais e fundações públicas em 2017.

Exagero

Economista da consultoria 4E, Bruno Lavieri afirma ser difícil apontar onde ocorrem os maiores desperdícios, mas explica que é preciso ter um uso mais eficiente dos recursos. “Quando se trata de R\$ 2,4 bilhões, até assusta. É um número muito elevado, de fato. Claro, existem universidades e várias unidades dos órgãos espalhadas pelo Brasil que dão uma dimensão grande para isso, mas, sem dúvida, é possível fazer melhor uso dessas despesas. Várias medidas de

contenção podem ser tomadas”, declara.

De acordo com Castello Branco, os Três Poderes poderiam estudar, por exemplo, a adoção de investimentos em energia solar, que poderiam render economias robustas a médio e longo prazos. “Essa forma de energia evoluiu muito nos últimos anos. Os painéis solares diminuíram de tamanho e de preço, tornando o investimento ainda mais viável. Portanto, a administração pública federal tem condições de estudar formas de redução de gastos. Essa é uma delas”, ressalta.

Já Lavieri avalia que, para esse tipo de investimento, é preciso contar com recursos em caixa, “algo que o governo não tem neste momento”. “Talvez seja mais interessante deixar para os próximos anos, porque as instituições estão com poucos recursos no orçamento”, pondera. “O que eu vejo é que o governo poderia fazer melhor regulação do setor de energia, que foi um dos que mais sofreram com a crise econômica dos últimos anos. A ideia é definir regras mais claras de redução do custo da produção, aliviando as contas”, opina o economista.





Luz no desperdício*

Despesa da administração pública federal com energia elétrica cai em relação a 2016, mas continua alta

Seguindo em frente

● Mesmo com queda de 7% em 2017 ante o ano anterior, o gasto foi de **R\$ 2,4 bilhões**. Segundo analistas, ainda é uma quantia considerável e precisa ser reduzida. Eles atribuem a despesa elevada à falta de consciência no serviço público.

Valor pago por órgão

Gasto (em R\$ milhões)	
Câmara dos Deputados	14,082
Senado Federal	14,081
TCU	6,939
STF	5,391
STJ	6,803
Justiça Federal	77,291
Justiça Militar	2,230
Justiça Eleitoral	43,870
Justiça do Trabalho	70,914
Ministério da Educação	639,584
Ministério da Saúde	224,869
Ministério da Defesa	469,279
Ministério da Integração Nacional	153,232
Ministério das Cidades	87,999

Desligando a luz**

● No governo federal, houve redução de **R\$ 73,3 milhões** nos gastos com serviço de energia em 2017. Saiu de **R\$ 2,156 bilhões** em 2016 para **R\$ 2,083 bilhões** no ano passado. Nesses dois anos, cada pasta teve um desembolso médio de **R\$ 169,6 milhões**.

Grande representatividade

● Os gastos do governo federal são maiores porque também englobam despesas com energia em universidades, hospitais e outras unidades dos ministérios.

Conta dos contribuintes

● Segundo especialistas, é preciso o servidor se conscientizar para o consumo de energia, principalmente com aparelhos elétricos e ar-condicionado. Para incentivar, alguns órgãos colaram avisos em cima do interruptor: "Apague, ou pagaremos todos".

Fontes: *Contas Abertas, **Ministério do Planejamento



Garantia de economia

A Câmara dos Deputados informa que economizou R\$ 1,3 milhão com as despesas de energia elétrica entre 2016 e 2017, saindo de R\$ 14,5 milhões para R\$ 13,2 milhões. “Em comparação à série histórica, os valores do consumo de 2017 são os menores registrados, salvo nos anos de 2001 e 2002, época em que houve a restrição de consumo imposta pelo governo federal”, frisa a assessoria de imprensa da Casa, lembrando da crise do apagão.

De acordo com a nota, a Câmara substituiu 13 mil lâmpadas por outras mais econômicas, modernizou elevadores, instalou sensores de presença nos banheiros e adotou medidas de desligamento de cargas elétricas no período noturno e nos fins de semana.

Já o Senado afirma ter gastado R\$ 13,6 milhões com as contas em 2017, ante os R\$ 13,9 milhões em 2016. Uma das medidas adotadas foi reduzir o horário de funcionamento dos equipamentos de climatização, responsáveis por cerca

de 50% de todo o consumo de energia elétrica na Casa. “Com a implementação da medida, atualmente, esses equipamentos ficam ligados apenas em dias úteis, das 7h às 19h (ou até o término de sessão Plenária se essa terminar depois desse horário), o que gerou uma redução de 10% no consumo total”, ressalta a Casa. Os números apresentados por Câmara e Senado divergem dos disponibilizados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)(veja quadro).

Preço da estética

O secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco, afirma que na capital federal a conta de luz dos palácios e das casas legislativas é mais cara por conta da própria construção dos prédios. “Sabemos que são obras lindas do ponto de vista da estética, mas também não valorizam a luz natural. São locais escuros, que precisam de luz artificial”, explica.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem desenvolvido a racionalização do consumo de

energia. “Citem-se, como exemplos de medidas em curso, redução do horário de funcionamento do sistema de climatização, ações para contenção de consumo em horários com maior tarifação, individualização de interruptores de acendimento de luz por salas e continuidade da substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED em todas as dependências institucionais, bem como implantação de sistema de geração de energia fotovoltaica para atender os prédios do tribunal em Brasília”, informa o órgão.

Gasto menor, conta maior

No Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) diz ter reduzido em 20% o consumo entre 2014 e 2017, com troca de lâmpadas e redução no período de funcionamento das centrífugas. Saiu de 11,4 milhões de kwh para 9,08 milhões de kwh. Mesmo assim, a despesa aumentou de R\$ 4,4 milhões para R\$ 6,3 milhões, por conta do encarecimento do serviço.